

# Uma política de leitura para todos: leitores e neoleitores

Elisiani Vitória Tiepolo

121

---

## Resumo

Procura inicialmente caracterizar os neoleitores, ou seja, leitores que principiam sua caminhada na leitura de textos escritos, mas que podem ser considerados letrados, porque possuem referências da leitura oral e experiências de leitura compartilhadas com outras pessoas escolarizadas, dominam linguagens não verbais, transitam em uma sociedade letrada, etc. Considerando que essas referências podem ser pontes para o trabalho com a leitura no processo de alfabetização de jovens e adultos, apresenta as ações previstas na política de acesso à leitura, elaborada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), do Ministério da Educação (MEC), visando oferecer alternativas para estimular práticas de leitura, e destaca a necessidade de criação de uma cultura de leitura na qual o neoleitor possa sentir-se pertencente a uma comunidade.

Palavras-chave: neoleitores; política de leitura.

---

## **Abstract**

### *A reading policy for all: readers and neo-readers*

*This article aims, initially, to characterize the neo-readers, as to say, readers in their very beginning as readers of written texts. Despite the neo-readers can be considered literated in the extent that they pursuit oral literature references and reading experiences shared with other scholarly people, they dominate nonverbal language and they can do well in society, etc. Considering that those references can become bridges to improve Youths and Adults reading, it presents the actions foreseen in the reading policy access document – elaborated by Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) of Brazilian Ministry of Education (MEC) – seeking to offer alternatives to stimulate reading practices. Accordingly, it emphasizes the need to create a reading culture in which the neo-reader can feel that he belongs to his community.*

*Keywords: neo-readers; reading policy.*

---

*Neoleitores é uma expressão que recupera a dignidade individual ao falar de uma possibilidade de renovação pessoal mediante a leitura. Neoleitores significam uma neocultura. Um neopaís, certamente melhor do que aquele que temos. (Moacyr Scliar).*

Tratar da leitura como uma política de Estado é buscar garantir o direito à educação previsto na Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, e na Constituição Federal brasileira, de 1988.<sup>1</sup> Mais especificamente, o art. 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) afirma que cabe ao Estado contribuir para o desenvolvimento de habilidades de uso da leitura e da escrita nas práticas sociais e profissionais.

Para atender não apenas a legislação, mas a própria necessidade social, as políticas de leitura voltadas para jovens e crianças vêm de longa data: no Governo Vargas, foi criado o Ministério da Educação, que se desdobrou na formação de diversos órgãos, entre eles o Instituto Nacional do Cinema Educativo (1937), o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938) e o Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa (1939). Constitui-se em 1936 a Comissão de Literatura Infantil, e, em dezembro de 1937, foi criado o Instituto Nacional do Livro (INL). Em 1945, criou-se a Cooperativa Distribuidora de Material Escolar do Distrito Federal, e, em relação ao livro não didático, foi instituída uma Comissão Permanente de Incentivo e Assistência à Biblioteca.

A partir da década de 1960, multiplicaram-se na sociedade civil as instituições e programas voltados para a promoção da leitura e da literatura, como a Fundação do Livro Escolar (1966), a Fundação do Livro Infantil e Juvenil (1968), o Centro de Estu-

---

<sup>1</sup> A educação é vista como “direito de todos e dever do Estado” (art. 205), mediante a garantia de “ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiverem acesso na idade própria” (art. 208, I, redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996).

dos da Literatura Infantil e Juvenil (1973) e as várias Associações de Professores de Língua e Literatura. Em 1979, foi criada a Academia Brasileira de Literatura Infantil e Juvenil, na cidade de São Paulo, e, em 1984, a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) criou o Programa Nacional Salas de Leitura, que durou até 1997. Em 1985, foi criado o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), e, em 1988, é implementado o Programa Nacional Salas de Leitura/Bibliotecas Escolares.

A partir de 1990, surgem outros programas de incentivo à leitura, tanto do Ministério da Educação quanto do Ministério da Cultura, visando atingir públicos distintos, como os professores, a comunidade em geral e os alunos (público infanto-juvenil).<sup>2</sup>

Em 1992 e 1994, ocorreram o seminário nacional “Formação do leitor: o papel das instituições de formação do professor para a educação fundamental” e o “Simpósio Internacional sobre Leitura e Escrita na Sociedade e na Escola”. Em 1997, o MEC instituiu o Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE), que é mantido na gestão atual com algumas reorientações.

De 2001 a 2003, no âmbito do PNBE, desenvolveu-se o Programa Literatura em Minha Casa e, dentre as ações do atual governo, destaca-se o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL).<sup>3</sup> Porém, pode-se dizer que, até a implementação do Programa Brasil Alfabetizado,<sup>4</sup> em 2003, os neoleitores ficavam à margem dessas políticas.

Em 2004, foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), que reuniu temas antes distribuídos em outras secretarias: alfabetização e educação de jovens e adultos, educação do campo, educação ambiental, educação escolar indígena e diversidade étnico-racial.

O Departamento de Educação de Jovens e Adultos (Deja/Secad), ao dar continuidade ao *Projeto Leituração*, criado em 2003 pela então Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, retomou o *Projeto Agentes de Leitura*, em parceria com a ECT e a Unesco, e o *Projeto Ler Também é uma Paixão*, lançado pela Unesco. Essas ações buscavam implementar uma política de acesso à leitura para atender os recém-alfabetizados oriundos do Programa Brasil Alfabetizado, uma vez que muitos deles não continuam seus estudos na educação de jovens e adultos (EJA), perdendo suas habilidades de escrita e leitura ao longo do tempo. A partir daí, foi formulada uma série de estratégias de ação, incluindo:

- diagnóstico do perfil de alfabetizados/alfabetizando, assim como de alfabetizadores;

<sup>2</sup> O Programa Nacional de Incentivo à Leitura (Proler), instituído em 1992 e ligado à Fundação Biblioteca Nacional, do Ministério da Cultura, o Pró-Leitura na Formação do Professor, iniciado mediante parceria do MEC com o governo francês, também em 1992, e o Programa Nacional de Biblioteca do Professor, criado pelo MEC em 1994.

<sup>3</sup> Conjunto de projetos, programas, atividades e eventos na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas em desenvolvimento no País, empreendidos pelo Estado (em âmbito federal, estadual e municipal) e pela sociedade. Os eixos de ação do PNLL são a democratização do acesso, o fomento à leitura e formação de mediadores, a valorização da leitura e comunicação, o desenvolvimento da economia do livro.

<sup>4</sup> O Programa teve início em 2003. O atendimento se dá prioritariamente nos municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizando. O Brasil Alfabetizado atendeu cerca de oito milhões de adultos desde sua criação, em 2003, até 2007. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2007, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), indicou que a taxa de analfabetismo no País ainda era de 10%. Em 2007, o Brasil Alfabetizado atendeu 1.076 municípios prioritários com índices de analfabetismo na população iguais a ou maiores do que 35%. Foram 1.703.004 alfabetizando nas salas de aulas, sendo 774.584 na área rural e 930.430 na área urbana, atendidos por 90.599 alfabetizadores em sala de aula. Para 2008, o foco do Brasil Alfabetizado era atender os 1.900 municípios com taxa de analfabetismo superior a 25%, com uma meta estabelecida em alfabetizar 1,3 milhão pessoas. Até o final de 2009, cerca de 2 milhões de jovens e adultos deverão participar do Programa.

- mapeamento de espaços de leitura;
- articulação e criação de redes de acesso e disponibilidade entre as três esferas de governo;
- seleção de publicações específicas para jovens e adultos neoleitores;
- concurso de novos textos específicos para neoleitores;
- distribuição das publicações por agentes de leitura.

Outro evento importante para a definição de uma política de leitura específica para neoleitores foi o X Seminário de Educação de Jovens e Adultos, realizado durante o 16º Congresso de Leitura do Brasil (Cole) – “Há muitas armadilhas no mundo e é preciso quebrá-las” –, na Unicamp, em julho de 2007. Nesse Congresso, Timothy D. Ireland, então diretor de Educação de Jovens e Adultos (MEC/Secad), afirmava que,

ao criar a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), em 2004, e, dentro dela, o Departamento de Educação de Jovens e Adultos, o governo federal busca traduzir o direito à educação em políticas que contemplem as interfaces entre a EJA e o mundo social, econômico, cultural e laboral do jovem e adulto, bem como as intermediações essenciais – formação, material pedagógico e material de leitura – específicas e adequadas.

O X Seminário de Educação de Jovens e Adultos teve como eixo central a discussão sobre os Direitos Educativos de Jovens e Adultos, partindo do pressuposto de que, nas modernas sociedades urbanas marcadas pela cultura escrita, o acesso à leitura é uma condição de cidadania. Sobre “Leitura, produção de textos e oralidade”, definiu-se:

- resgate da cidadania por meio do acesso aos livros e à leitura;
- reafirmação da escola como espaço fundamental para a leitura, a escrita e seus usos;
- lutar pela constituição de acessos literários na EJA, com livros que contemplem a diversidade de gêneros, autores clássicos e contemporâneos e estilos literários e com acompanhamentos de subsídios pedagógicos, recursos humanos e metodologias de implementação de círculos de leitura nas escolas.

Em 2008, a Resolução/FNDE/CD nº 44, de 16 de outubro, estabeleceu critérios e procedimentos para a execução de projetos de fomento à leitura para neoleitores, visando à

promoção de ações que contribuam para o desenvolvimento da capacidade crítica e para a consolidação da subjetividade, assim como para diminuir o descompasso existente entre escolaridade e acesso a bens culturais e o impacto que a política de fomento à leitura pode ter sobre a continuidade da escolarização de jovens, adultos e idosos e consequentemente sobre o desenvolvimento de suas habilidades de leitura e escrita, ao longo do tempo e da garantia do processo de letramento.

Nesse sentido, a Diretoria de Políticas de Educação de Jovens e Adultos (DPEJA/Secad) vem procurando implementar uma política de acesso à leitura que possa oferecer alternativas para estimular práticas de leitura. Entre essas suas ações está o *Concurso*

*Literatura para Todos* (3ª edição em 2009), que visa favorecer o acesso de neoleitores a obras literárias de qualidade e, em especial, “contribuir para a formação de uma comunidade leitora capaz de compreender a função de ser e estar no mundo sem desprezar ou minimizar a importância de outros bens culturais e de comunicação social encontrados na sociedade”. O MEC publica e distribui as obras vencedoras às entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado, às escolas públicas que oferecem a modalidade EJA, às universidades da Rede de Formação de Alfabetização de Jovens e Adultos, aos núcleos de EJA das Instituições de Ensino Superior e às unidades prisionais. Para 2009, a meta do Programa Brasil Alfabetizado é de 2,1 milhões de alfabetizandos em todas as unidades da Federação, especialmente nos 1.928 municípios situados nos nove Estados da Região Nordeste, mais o Pará, Tocantins e o Acre, onde estão os mais altos índices de analfabetismo do País. De acordo com Mauro Silva, coordenador geral de alfabetização da Secad, a definição da meta tem por base os Planos Plurianuais de Alfabetização (PPAlfa) elaborados por Estados, municípios e pelo Distrito Federal para o triênio 2008-2010 – nesses três anos, a meta é alfabetizar 3,9 milhões de jovens e adultos. Esses dados mostram que o número de neoleitores aumenta a cada ano, surgindo um novo segmento de leitores e um mercado editorial inédito que se volta para essa nova realidade.

Segundo dados do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf),<sup>5</sup> em 2007, a situação do alfabetismo entre pessoas com idade de 15 a 64 anos, que estavam ou não estudando, residentes em todas as regiões do País, em zonas urbanas ou rurais, era a seguinte:

- *Analfabetismo*: corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases, ainda que uma parcela destes consiga ler números familiares (números de telefone, preços, etc.). Neste nível estão 7% da população pesquisada.
- *Alfabetismo nível rudimentar*: corresponde à capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares (como um anúncio ou uma pequena carta), ler e escrever números usuais e realizar operações simples, como manusear dinheiro para o pagamento de pequenas quantias ou fazer medidas de comprimento usando a fita métrica. Um quarto (25%) da população pesquisada está neste nível.
- *Alfabetismo nível básico*: pessoas classificadas neste nível podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já lêem e compreendem textos de média extensão, localizam informações (mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências), lêem números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma sequência simples de operações e têm noção de proporcionalidade. No entanto, mostram limitações quando as operações requeridas envolvem maior número de elementos, etapas ou relações. Situam-se neste nível 40% da população pesquisada.
- *Alfabetismo nível pleno*: classificadas neste nível estão 29% das pessoas. Suas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar

<sup>5</sup> Realizado desde 2001, o Inaf é baseado em entrevistas e testes cognitivos aplicados a pessoas representativas dos brasileiros e brasileiras entre 15 e 64 anos de idade (cf. Ação Educativa, 2007).

elementos usuais da sociedade letrada: lêem textos mais longos, relacionando suas partes, comparam e interpretam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses. Quanto à matemática, resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, envolvendo percentuais, proporções e cálculo de área, além de interpretar tabelas de dupla entrada mapas e gráficos.

Os resultados do Inaf ao longo do período 2001-2007 mostram que houve uma melhora nos índices de alfabetismo, pois a proporção dos brasileiros classificados nos níveis de *analfabetismo* e *alfabetismo rudimentar* (analfabetismo funcional) vem caindo ao longo dos anos, enquanto o número de pessoas classificadas no nível de *alfabetismo básico* (alfabetismo funcional) vem aumentando.

Em contrapartida, a pesquisa mostra que frequentar a escola não resulta necessariamente em alcançar a alfabetização plena, uma vez que:

- a maioria dos que estudaram até a 4ª série atinge no máximo o nível *rudimentar* de alfabetismo; 12% destas pessoas podem ser consideradas analfabetas absolutas em termos de habilidades de leitura/escrita.
- 26% dos que completaram as quatro últimas séries (da 5ª à 8ª) do ensino fundamental permanecem no nível *rudimentar*. Apenas 20% podem ser considerados *plenamente* alfabetizados, enquanto a maioria se enquadra no nível *básico* de alfabetismo.
- 47% dos que cursaram ou estão cursando o ensino médio atingem o nível *pleno* de alfabetismo e 45% permanecem no nível *básico*.
- entre os que chegaram ao ensino superior ou o completaram, 74% correspondem a indivíduos com *pleno* domínio das habilidades de leitura/escrita e de matemática, quando o esperado seria que todos atingissem esse nível de alfabetismo.

Quando falamos em neoleitores é necessário, então, primeiramente, ter em vista que nos referimos a jovens, adultos e idosos. Além disso, que não há uma relação direta entre nível de escolarização e competência para ler, pois aqueles que estão nos níveis de alfabetismo rudimentar e básico podem ser neoleitores, mesmo estando no ensino médio. Mas não é apenas isso. Também precisamos pensar outra questão: ser leitor é ser mais do que estar no nível de alfabetismo *pleno*, mas significa ter frequência de leitura com todo tipo de texto, inclusive textos literários. É ler todo tipo de material impresso, inclusive livros.

Outra pesquisa pode ajudar nessa reflexão: *Retratos da Leitura no Brasil* (Amorim, [2008]). A população estudada foi de 172.731.959 pessoas a partir dos 5 anos de idade, tendo sido analisados leitores (quem declarou ter lido pelo menos um livro nos últimos 3 meses) e não leitores (quem declarou não ter lido nenhum livro nos últimos 3 meses, ainda que tenha lido ocasionalmente ou em outros meses do ano).

Os resultados mostram que grande parte dos brasileiros leitores<sup>6</sup> ou não leitores se diz, de alguma forma, ligada à leitura e, especificamente, ao livro, ou seja, já

<sup>6</sup> A média da leitura entre a população é de apenas 4,7 livros por ano. Nos países em desenvolvimento, esse índice chega a 12 livros por ano.

estão motivados para a leitura e reconhecem sua importância: a) 62% declararam que, com maior ou menor frequência, lêem livros – portanto, são cerca de 53,3 milhões de pessoas que leram ou consultaram algum exemplar no ano passado; b) o livro é um bem valorizado, pois 78% dos entrevistados disseram que o apreciam e 89% vêem nele um meio de transmissão de ideias.

Para os 77,1 milhões de não leitores – 45% da população estudada –, temos as seguintes características:

- 28% são não alfabetizados;
- 35% cursaram até a 4ª série do ensino fundamental;
- 17% cursaram o ensino fundamental;
- 19% cursaram o ensino médio.

Os adultos entre 30 e 69 anos formam 54% dos entrevistados que declararam não ter lido nos três meses anteriores. As principais razões alegadas pelos não leitores são: a falta de tempo, o analfabetismo, o desinteresse e a falta de acessibilidade (a carência financeira, de bibliotecas ou livrarias). Ainda segundo a pesquisa, o principal canal de ingresso no mercado editorial da população é a livraria, seguida das bancas de jornal, sebos e bibliotecas. Se nas poucas livrarias o problema está no valor do livro<sup>7</sup>, o problema das bibliotecas está em seus acervos, na maioria das vezes desatualizados.<sup>8</sup> Além disso, os leitores frequentam bibliotecas basicamente durante a vida escolar (46% dos alunos não têm esse hábito), mas apenas um em cada quatro estudantes frequenta bibliotecas públicas. O uso de bibliotecas diminui com o fim da vida escolar: cai de 62% entre adolescentes para menos de 20% na fase adulta; 12% aos 50 anos; até chegar aos 3% acima de 70 anos.

É importante observar também que, nas casas dos não leitores, 55% nunca viram os familiares lendo, sendo que, entre os pais dos entrevistados, 23% não têm instrução alguma e 15% cursaram até a 4ª série do ensino fundamental ou têm fundamental incompleto. Já entre as mães, a situação é a seguinte: 26% são sem qualquer escolaridade, 22% fizeram até a 4ª série e 16% têm fundamental incompleto.

Esses dados precisam ser relacionados ao fato de que, entre os leitores, 60% se habituaram a ver os pais e a professora lendo e afirmam terem sido estas as pessoas que mais os influenciam para ler: 49% disseram ter sido a mãe (ou responsável mulher); 33% disseram ter sido a professora; 30% disseram ter sido o pai. Por outro lado, entre os não leitores este número se inverte: 63% nunca ou quase nunca viam isso em casa. Ou seja,

- a) será especialmente na escola ou em outros espaços sociais que o contato com os livros e a convivência com a leitura acontecerá, sendo que, para a maioria, a escola não só é a encarregada pela alfabetização, mas é nela que as vivências com a leitura devem acontecer;

<sup>7</sup> Cerca de 13% dos apreciadores de livros afirmaram que se eles fossem mais baratos leriam mais.

<sup>8</sup> De acordo com José Midlin, nos Estados Unidos, 30% dos exemplares produzidos são adquiridos pelos acervos públicos, enquanto no Brasil esse índice é de apenas 1%.

- b) será na escola que os vínculos afetivos com o livro e a leitura podem se estabelecer;
- c) será o educador o responsável por criar rotinas de leitura e convívio afetivo com o livro.

Além das questões relativas ao domínio da leitura e da escrita, podemos esboçar outras características dos neoleitores: vindos dos estratos populares, mesmo que morando no mundo urbano, trazem uma história bastante vinculada ao mundo rural; além disso, sobrevivem em subempregos, em que os baixos salários e a subserviência prevalecem; cada vez mais, os idosos têm buscado alfabetizar-se; as mulheres são em maior número, muitas vezes motivadas pela necessidade de ajudar os filhos nas tarefas escolares; o processo de alfabetização pelo qual passam (ou passaram, pois a maioria frequentou em algum momento da vida um tempo de escola) ainda se baseia, muitas vezes, em atividades de memorização, o que os leva à ideia de que ler é decodificar. Trazem consigo alguns estigmas sociais sobre sua condição em uma sociedade letrada, pois, para muitas pessoas, o analfabetismo (absoluto ou funcional) está associado à falta de cultura e à ignorância. São pessoas que foram sendo deixadas à margem da escola, mas continuaram criando seus filhos e, mesmo sem saber ler e escrever, lhes deram um nome, registraram, matricularam na escola e fazem o que podem, inclusive voltar a estudar, para que eles não repitam sua história de fracasso escolar. Ou seja, o neoleitor possui uma rica experiência de vida, vinculada ao seu trabalho e ao seu cotidiano. Por conta disso, tem contato com todo tipo de material escrito, ainda que não seja usuário deste material. Além disso, o adulto não domina apenas uma parte dos códigos do mundo – a linguagem escrita – porém, podemos dizer que ele é, em certa medida, mais letrado do que algumas crianças e jovens que se apropriaram de uma escrita burocrática, meramente escolar. Ou seja: um adulto recém-alfabetizado, mesmo não dominando totalmente as convenções da linguagem escrita, é capaz de interagir com textos dos mais variados gêneros, lançando mão da leitura presumida (ou pseudoleitura), na qual seus conhecimentos sociais sobre a escrita lhe ajudam a atribuir sentido ao texto para além da decifração do código, isso porque, segundo Paulo Freire,

a leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. A compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre texto e contexto.<sup>9</sup>

Outra questão importante é que o leitor inicia sua caminhada antes de se alfabetizar. O crítico alemão Enzwenberger (1995), em seu livro *Mediocridade e loucura*, no capítulo intitulado “Elogio ao analfabetismo”, ressalta que o adulto analfabeto, apesar de não dominar a escrita (e talvez justamente por isso), possui algumas qualidades: memória desenvolvida, assim como capacidade para concentração, astúcia e inventividade, tenacidade e aguçado sentido auditivo. Este mesmo autor afirma que

<sup>9</sup> Não é possível entender a questão da leitura na educação de jovens e adultos sem ler a obra de Paulo Freire, especialmente o texto “A importância do ato de ler” (Freire, 2000).

a literatura é uma invenção do analfabeto, criador dos mitos e canções de ninar, dos contos de fadas, das orações, das charadas, de tal forma “que sem a transmissão oral não haveria poesia, e sem os analfabetos não haveria livros”. E são muitas as experiências de leitura dos neoleitores, proporcionadas pela tradição oral: “causos”, trovas, parlendas, histórias de cordel, músicas tocadas nas rádios ou por violeiros, narrativas veiculadas pela televisão, histórias da Bíblia que acompanham os cultos, lendas, canções de ninar, adivinhações, provérbios, fábulas, entre outras. Essa vivência contém informações, experiências, valores e gostos. Trata-se de um arsenal de informações vindas da cultura popular,<sup>10</sup> que não é nem melhor nem pior do que a chamada cultura letrada, pois, segundo Alfredo Bosi, “cultura é um conjunto de modos de ser, viver, pensar, falar, de uma dada formação social”, o que significa dizer que é mera questão de dominação querer adjetivar e valorar uma cultura em detrimento de outra.

Em relação ao domínio da escrita, os neoleitores se caracterizam por apresentarem níveis bastante variados de domínio da linguagem escrita, mas têm em comum o fato de estarem iniciando a construção de um acervo de leitura de textos escritos e terem pouca experiência de leitura em que a mediação do outro (o educador) não esteja presente.

Os neoleitores possuem uma concepção de leitura associada à oralização do texto escrito. A fluência ainda é pouca – fazem uma leitura lenta, entrecortada, com interrupções, cometem omissão de palavras, de trechos, trocam de palavras –, fazem pseudoleitura e muitos ainda precisam de ajuda para ler. Evocam conhecimentos prévios para preencher lacunas na leitura e, nesse processo, ouvem mais o que já sabem sobre o tema do que o que o texto diz. Não costumam reler, retomar o texto em busca de informações não retidas na memória. Apreendem o tema, mas têm dificuldade de reproduzi-lo oralmente, falando de experiências próprias relacionadas a ele. Têm dificuldade com o discurso metalinguístico, ou seja, em pensar o próprio processo de leitura. A leitura é mais orientada pelo interesse expressivo do que pelo analítico: há a preferência maior pela informação conhecida/prévia/evocada do que pela nova. Como se vê, o papel do mediador entre livro e leitor é essencial para que o neoleitor se torne leitor.

Para Geraldi (1991), leitura é um processo de interlocução entre leitor e autor, mediado pelo texto: “é o encontro com o seu autor ausente que se dá pela sua palavra escrita”. O leitor, neste processo, reconstrói o texto com sua leitura, atribuindo a ele a sua significação, baseado em suas leituras anteriores e em suas experiências de vida. Por isso, nas ações voltadas para a formação do leitor, é necessário prever, sempre, a mediação, isto porque somente a presença do livro por si só não promove a leitura. Se assim fosse, já teríamos avançado muito em termos de formação de leitores, tendo em vista os diversos programas de distribuição de livro – bons livros – pelos quais eles chegam, mas a leitura não.

Assim, se o primeiro desafio é quanto à chegada do livro às mãos dos neoleitores, o segundo é que esses livros sejam conhecidos, passem a fazer parte do cotidiano da

<sup>10</sup> Cultura popular não é apenas a que provém das classes populares, mas constitui-se a partir de alguns traços que podem caracterizar uma determinada forma de conhecimento chamado de popular. A ambiguidade, por exemplo, é um desses traços, pois a cultura popular pode conter elementos reacionários assim como elementos progressistas. Ou a heterogeneidade, que permite que elementos de natureza diferentes sejam acoplados ou bricolados, formando, segundo Gramsci, um “aglomerado indigesto”.

escola, da comunidade e, especialmente, ganhem seu primeiro leitor: o educador. Já vimos que até não leitores estão convencidos de que a leitura é importante, sabemos que os professores ficam felizes quando chegam livros para seus alunos, mas, muitas vezes, o caminho para a formação do leitor se encerra aí, como se o neoleitor já fosse um leitor. E sem essa cumplicidade do mediador, os livros podem continuar silenciosos, inclusive quando abertos. Por isso, há que se pensar uma formação continuada de educadores/leitores, sem o que os livros continuarão a servir apenas àqueles que já são leitores.

Além da formação do educador, não é possível pensar que a distribuição de livros não implique, também, avaliação da sua recepção, tanto pelos educadores como pelos neoleitores e por todos os que se envolvem nesse processo. Mas, em que medida as políticas de Estado ouvem aqueles a quem se destinam os livros? O que têm a dizer os professores da EJA sobre os livros que recebem? O que dizem os neoleitores sobre os livros e sobre a maneira como tiveram acesso a eles? (entendendo que ter acesso não é apenas receber um pacote de livros, mas todo o processo de mediação que isso deve pressupor). Que impactos os livros provocaram na comunidade?

Visando expandir-se, o mercado editorial está sempre atento para as demandas e desejos dos seus consumidores/leitores, e esse exemplo deveria ser seguido nas políticas de Estado, obviamente não para ficar apenas nos desejos imediatos, mas para, conhecendo o de que gostam, o que desejam (seu “desenvolvimento real”), poder atuar na “zona de desenvolvimento proximal”, vislumbrando o “desenvolvimento potencial” (Vigotsky, 1988).

Outro ponto importante em relação ao encontro do livro com o neoleitor tem a ver com as formas como o livro é divulgado. Na vida fora da escola, um leitor busca ler um livro depois que um amigo o indica; quando um livro é indicado em uma resenha; quando um determinado autor dá uma entrevista e lhe desperta simpatia; quando um livro é transformado em minissérie ou novela na televisão e o motiva a ir em busca de detalhes da história – enfim, situações em que a motivação é o desejo, e não a obrigação, ou a curiosidade, e não a burocracia. E se na vida do leitor ter um livro nas mãos significa uma conquista, na escola isso pode significar mais uma tarefa imposta a ser cumprida.

Diante desse quadro, algumas questões se colocam para reflexão e ação:

- sem uma educação de qualidade e continuada, jovens, adultos e idosos podem até voltar a estudar, mas grande parte deles não poderá fazer da leitura e da escrita uma arma de cidadania;
- a escola sozinha não forma leitores, mas a sociedade como um todo (governo, ONGs, imprensa, mercado editorial, bibliotecas, movimentos sociais, etc.) precisa se envolver na formação permanente do leitor, na democratização da cultura escrita, uma vez que se aprende a ler não apenas em idade escolar, mas em qualquer idade. A escola é um momento da formação do leitor, porém, se não forem criadas outras instâncias educativas em que a leitura possa ser praticada, teremos pessoas que, por motivos sociais e culturais,

continuarão sendo leitores e progredirão em suas leituras, e outras que retrocederão e abandonarão qualquer prática de leitura.<sup>11</sup> Ou seja: a formação do leitor acontece *na* e para *além* da escola;<sup>12</sup>

- programas que façam os livros chegarem aos neoleitores são importantes e devem incluir outros espaços sociais além da escola e das bibliotecas;
- entre o neoleitor e o livro, é imprescindível a presença do mediador, entendido como aquele que não apenas entrega os livros ou prepara atividades burocráticas de leitura, mas alguém que é um leitor de fato;
- as bibliotecas devem se tornar mais próximas dos neoleitores, locais em que eles se sintam motivados a frequentar. Para isso, é necessário serem pensados acervos que atendam também aos neoleitores, horários de funcionamento adequados ao público adulto trabalhador, bibliotecários e funcionários preparados para servirem de mediadores entre a leitura e esses leitores iniciais jovens, adultos e idosos, eventos de integração entre a comunidade e a biblioteca, etc.;
- a caminhada dos neoleitores deve ser composta por livros e revistas com variados gêneros textuais, clássicos da literatura, textos contemporâneos, enfim, todos os materiais possíveis e que ampliem sua experiência leitora;
- é importante estimular autores já consagrados a adotar como interlocutor o neoleitor, tal como muitos adotam crianças e jovens e a eles destinam obras que, devido à sua magnífica qualidade literária, acabam transcendendo o leitor virtual inicial e, portanto, rompendo com as faixas etárias.

Assim, pensar políticas para a leitura voltadas ao neoleitor deve contemplar o acesso a livros adequados ao seu perfil e a formação de mediadores-leitores, mas será necessário também prever a criação de uma cultura de leitura na qual o neoleitor possa sentir-se pertencente a uma comunidade da qual apenas sonhava fazer parte.

### Referências bibliográficas

AÇÃO EDUCATIVA. *Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (Inaf)*: pesquisa anual. 2007. Disponível em: <[http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com\\_content&task=view&id=76&Itemid=290](http://www.acaoeducativa.org.br/portal/index.php?option=com_content&task=view&id=76&Itemid=290)>.

ALBUQUERQUE, Eliana B. C. de; LEAL, Telma Ferraz. *A alfabetização de jovens e adultos em uma perspectiva de letramento*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

<sup>11</sup> Jean Foucambert trabalha com o conceito de *leiturização*. Segundo ele, ou toda a sociedade se envolve na formação do leitor, ou continuaremos formando analfabetos funcionais.

<sup>12</sup> Um exemplo desse tipo de ação é o Proler (programa de incentivo à leitura do governo federal). Nasceu em 1992, formulando uma política de incentivo à leitura válida para todo o território nacional, tendo em vista que a leitura deve ser assumida como uma questão de Estado, em todas as esferas, e não apenas pelo Ministério da Educação ou do Ministério da Cultura. O programa conta com filiais espalhadas pelo País – os 70 comitês formados por voluntários pró-leitura. Há notícias sobre mais de 500 ações de promoção concebidas e realizadas por secretarias municipais, professores obstinados, grupos de pais de alunos, comunidades ou organizações não governamentais.

GALENO, Amorim (Coord.). *Retratos da leitura no Brasil*. São Paulo: Instituto Pró-Livro, [2008]. Disponível em: <<http://www.prolivro.org.br>>.

BERENBLUM, Andréa; PAIVA, Jane. *Por uma política de formação de leitores*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006.

BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia da Letras, 1992.

CHAUÍ, Marilena. *Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CHARTIER, Roger. *O poder das bibliotecas: ensaios*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Mediocridade e loucura: e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1995.

FOUCAMBERT, Jean. *A leitura em questão*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

\_\_\_\_\_. *A importância do ato de ler em três artigos que se completam*. 39. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

132

FULGÊNCIO, Lúcia; LIBERATO, Yara. *Como facilitar a leitura*. São Paulo: Contexto, 2004.

GERALDI, José Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

KUHLTHAU, C. *Como usar a biblioteca na escola: um programa de atividades para a pré-escola e ensino fundamental*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

RIBEIRO, Vera Masagão. *Alfabetismo e atitudes: pesquisa com jovens e adultos*. São Paulo: Papirus, Ação Educativa, 1999.

RIBEIRO, Vera Masagão (Org.). *Letramento no Brasil*. São Paulo: Global, 2003.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. *O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1985.

\_\_\_\_\_. *Leitura na escola e na biblioteca*. São Paulo: Papirus, 1995.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

TFOUNI, L. V. *Letramento e alfabetização*. São Paulo: Cortez, 1997.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

\_\_\_\_\_. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

---

Elisiani Vitória Tiepolo, mestre em Literatura Brasileira pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), é professora da UFPR Litoral e assessora pedagógica do Paraná Alfabetizado. Em 2008, foi assessora pedagógica do Concurso Literatura para Todos, promovido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), do Ministério da Educação (MEC).

elisianivt@gmail.com